

ATA DA 036ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, quem nos acompanha pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, pessoas que nos acompanham nesta tarde de quarta-feira, gostaria de fazer alguns registros inicialmente de que hoje é o dia da chamada marcha dos catarinenses, evento que reúne trabalhadores de diversas categorias no estado de Santa Catarina para virem à capital, cada um, apresentarem suas

demandas às autoridades do seu setor, sua pauta e mostrar sua força.

Tive a alegria, deputado Jailson Lima, de ver na manhã de hoje, aqui, nesta praça em frente à Assembleia, centenas, talvez mais que centenas de trabalhadores da agricultura familiar, trabalhadores e trabalhadoras que vieram de todas as regiões do estado catarinense.

Vieram lutar por seus direitos. Então, que eles lutem neste ano, pois o eixo central da pauta de 2013 da Fetraf-Sul - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil, que é a valorização da agricultura familiar como produtora de soberania alimentar do país e de alimentos saudáveis para a população, garantindo a renda e a dignidade dos agricultores familiares e o projeto de construção de um desenvolvimento sustentável e solidário. Inclusive continuam na praça junto com diversas outras categorias de trabalhadores, e é parte importante dos nossos pares deputados que estão na praça acompanhando essa movimentação.

Quero falar da alegria de ter visto que os pequenos agricultores de Santa Catarina existem, organizam-se e lutam para continuar existindo. E esse é um desafio do tempo, um desafio necessário, um alerta às autoridades, à sociedade no seu conjunto, mais às autoridades, porque esse é um setor, é uma categoria que merece e precisa de incentivos fiscais, de outros apoios, que os governos, inclusive o do estado de Santa Catarina, tão generosos, concedem aos monopólios internacionais do setor automobilístico e também para outros setores de monopólio, enquanto que a agricultura familiar é deixada de lado.

Outro dia até fiz referência a tudo que se fala e faz-se de ufanismo em torno da instalação da GM, General Motors, em Joinville. E li no jornal que essa instalação iria gerar e vai gerar 300 empregos. Ora, 300 empregos são bem menos do que 100 agricultores de Santa Catarina geram. E vejam a quantidade de incentivos que se dá para uma General Motors da vida, e os incentivos que têm a pequena agricultura do nosso estado.

A BMW, como já falei várias vezes nesta tribuna, está vindo para Santa Catarina só com a logomarca, só com a plaquinha, o resto está ganhando tudo ou do governo federal ou do governo do estado. Enquanto isso a pequena agricultura tem que se manifestar. E é bom que se manifestem, pois isso nos alegra. E até nos emociona ver agricultoras e agricultores, alguns inclusive que bom fossem mais jovens, ou seja, permanecendo no campo, lutando.

Feliz é o país que tem agricultura familiar, que tem pequenos camponeses que lutam para continuar no campo. É uma situação, por exemplo, que não existe na Venezuela, e aí alguns setores querem colocar a culpa no Chavez, como se isso não fosse uma realidade histórica, construída pelas classes dominantes, em séculos de opressão e de exclusão, também de expulsão dos camponeses da terra.

Então, na Venezuela, mesmo o governo querendo hoje, nas últimas décadas, fazer a reforma agrária, não existe pessoas interessadas, porque não tem a cultura da pequena agricultura. As pessoas se acostumaram historicamente a viver daquilo que sobra da mesa farta do petróleo. Lideranças de Santa Catarina já estiveram lá buscando difundir essa política, essa vontade, mas não conseguiram.

Então, quero parabenizar os pequenos agricultores, homens e mulheres, as pequenas agriculturas, pelo trabalho que fazem para continuarem existindo como categoria, porque isso é fundamental para a saúde, para a vida, para a democracia no conjunto da população.

Quero registrar também a audiência pública para discutir a situação da Celesc. É fato que os trabalhadores desta empresa continuam mobilizados em defesa da empresa, contra o avanço das terceirizações, lutando por mais serviços públicos, para que a empresa continue a ser referência, que tenha dignidade para seus trabalhadores, que também é condição para garantia de um serviço de qualidade para a população.

Essa é uma luta permanente dos trabalhadores celesquianos e precisa ser uma luta permanente do conjunto da sociedade, da classe trabalhadora catarinense.

Por último, quero me referir a um evento ocorrido no último final de semana, aliás, vários eventos alusivos aos 178 anos da Polícia Militar de Santa Catarina. Tive oportunidade de participar da cerimônia militar, sexta-feira pela manhã; domingo teve também atividades esportivas relativas a essa data. Mas quero me referir, especialmente a outro evento muito importante que, por certo, não foi por coincidência, aconteceu também no domingo à tarde: a seleção interna para cabos da Polícia Militar. Para esta modalidade de ingresso, através da seleção interna, há 350 vagas.

Mais de 3.800 soldados se inscreveram, participaram desse concurso interno, ou seja, a maioria dos soldados da Polícia Militar. Alguns com 20 anos, outros com cinco anos e meio de serviço, que é o tempo mínimo para ter direito a participar dessa seleção.

Isso aconteceu evidentemente porque é fruto de muitos debates. E a nossa associação, a Aprasc, defendia inclusive que a promoção a cabo fosse automática aos dez anos de serviço e depois disso houvesse a seleção para sargento. E caso não fosse possível, com 20 anos, automaticamente todos deveriam ir a terceiro sargento. Não conseguimos isso. Mas fruto da luta de doze anos da nossa categoria, da associação da qual tenho a honra de fazer parte... Enquanto presidente da Aprasc, por um período de quase doze anos, tivemos debates intensos e acalorados no interior da categoria, de manifestações. E muitas vezes que tivemos que tomar as ruas desta cidade e de outras cidades para dizer que existíamos e que tínhamos o direito de falar, de dizer aquilo que pretendíamos para a nossa vida, para a nossa carreira e para o nosso futuro. Mesmo que isso tenha custado muitas vezes punições não poucas e não leves, muitas vezes severas, por ter lutado pelo direito de falar e de ter uma carreira.

Então, tivemos 3.800 soldados participando de uma seleção interna para cabo, realizada aqui na capital, na Universidade Federal de Santa Catarina. É uma mobilização que nos alegra, porque é fruto desse processo de mais de uma década de amadurecimento da nossa categoria e de luta por direitos.

Mas a partir daí aconteceu uma constatação necessária: os policiais e bombeiros militares de Santa Catarina, possivelmente outros servidores da Segurança Pública também, especialmente os praças, estão cansados, estressados, porque estão trabalhando muito. O efetivo é pequeno, porque ao invés de aumentar, a quantidade de efetivo diminui, e isso afeta a segurança pública do conjunto da sociedade catarinense, não só nos grandes centros urbanos, mas também nas pequenas cidades do interior.

O deputado Dirceu Dresch trouxe de Saudades uma situação bastante grave por falta de efetivo na segurança pública. Mas o nosso pessoal está cansado, porque está trabalhando no seu horário, realizando horas extraordinárias, muitos ainda fazendo um bico, o tal do trabalho informal remunerado, para conseguir manter a família com dignidade e ainda estudando, porque todos precisam fazer curso superior.

Enfim, o nosso efetivo está cansado por estudar e trabalhar, se preparar para a carreira, e isso é bom. Mas precisa ser valorizado do ponto de vista salarial, e o governo precisa tomar medidas corretas e imediatas para melhorar a segurança pública do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Esta Presidência registra a presença dos vereadores Alécio Jahnke e Osmundo Schuh, do município de Saudades.

Sejam bem-vindos a esta Casa!

Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados,

prezados catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação, saúdo de forma especial o prefeito Jackson Luiz Patzlauff e o vice-prefeito, Marcelo Morche, de Arabutã; o prefeito Roque Meneghini, de Guaraciaba, o vice-prefeito, Vandecir Dorigon, assim como os vereadores presentes.

Quero destacar que no dia de ontem foi aprovado o projeto de lei que cria em Santa Catarina a Semana da Conscientização da Energia Limpa, que coincide com a semana do Dia Mundial do Meio Ambiente.

O interessante é que esse projeto de lei, de minha autoria, aprovado nesta Casa, foi uma proposta feita pelos alunos do ensino médio, que visitam normalmente esta Casa, os deputados, e, na ocasião, recebi a visita de um grupo de alunos da Guabiruba, de várias cidades, mas aquele grupo de alunos da Guabiruba sugeriu que fosse instituída a Semana da Consciência da Energia Limpa, que ontem foi aprovado.

Destaco que, talvez mais importante do que o projeto em si, é a origem, de onde veio a sugestão. Todos os projetos que passam por esta Casa e são aprovados ou não, são sugestões das pessoas, dos eleitores que nos encontram nas nossas caminhadas. De quinta-feira à tarde até segunda-feira todos os parlamentares desta Casa caminham pelo estado, cada um na sua região, recebendo muitos pedidos e sugestões, que se transformam em projetos como esse da Semana da Conscientização da Energia Limpa.

Por isso, gostaria de enaltecer a participação dos jovens nas atividades parlamentares através de vários meios de comunicação.

Também tramita nesta Casa um projeto de lei muito importante sobre a re-enturmação de grupos de alunos dentro da sala de aula, pois por lei é permitido até 30 ou 40 alunos. E agora o governo do estado está juntando turmas pequenas de dez ou 15 quinze alunos com outras turmas de dez ou 15 alunos, naturalmente sendo da mesma série, justamente para otimizar os recursos humanos e técnicos que são necessários para a aula.

A reclamação que temos ouvido com muita frequência, e eu imagino que o professor Eduardo Deschamps esteja ouvindo isso também, é que agora já se passaram três ou quatro meses de aula e a evolução dos alunos na sala de aula é diferente. A 3ª série A pode ter uma evolução em três ou quatro meses muito diferente das 3ª séries B ou C. E na hora em que se juntam, além de haver a questão da turma, que é diferente, de haver mais gente na mesma turma, de o professor ter que se dividir com mais alunos, ainda existe a questão da evolução do aprendizado desses alunos.

Então, esses são fatores que precisam ser considerados e certamente a secretaria da Educação vai usar a lei que permite um número "x" de alunos. Mas também tem que considerar esses fatores, dado o grande número de observações que temos recebido por parte dos professores e dos alunos, que têm reclamando desse fato, principalmente da evolução, que é diferente em turmas diferentes.

Ainda com relação à educação, um tema muito importante que estamos discutindo nesta Casa é a questão do transporte escolar. E quando o transporte escolar é do ensino público, normalmente é feito pelo próprio município. O município recebe recursos do governo do estado e do governo federal, e geralmente municípios pequenos, principalmente. O ônibus que transporta os alunos da rede municipal também transporta os alunos da rede estadual. E esse transporte normalmente é franqueado pelo poder público.

Mas existe outra questão importante com relação ao transporte, que são as empresas particulares que fazem o transporte não somente da rede particular, mas também da rede pública. E muitos desses ônibus da rede particular que atendem o transporte na educação estão na própria rede pública, como eu falei, mas a grande maioria está na rede particular.

Aí existe o entendimento, pelo fato de esse micro-ônibus estar transportando alunos da rede particular, que o governo não teria nada a ver com isso, que o governo tem compromisso com a educação

no transporte da rede pública, que tem a ver com a educação da rede pública e que com a particular não teria nada a ver. Engano! O governo tem, sim, muito a ver. O secretário é secretário da Educação da rede pública e também da rede privada. Tanto é que a agenda de aula do colégio da rede particular também passa pelo crivo do Conselho Estadual da Educação. Eu entendo que o transporte escolar da rede privada precisa receber uma atenção especial do setor público.

É por isso que tramita nesta Casa um projeto de lei que permite que essas empresas que fazem o transporte escolar possam adquirir os seus ônibus com isenção do IPVA. E naturalmente que tendo essa isenção permitirá que seja oferecido àqueles que transportarem uma qualidade melhor no transporte.

Assim como a redução do ICMS, a redução do IPI, que essas empresas precisam e devem ser beneficiadas. À medida que nós isentamos de imposto, principalmente do ICMS e do IPI, eles podem renovar a sua frota. E com a frota renovada, com a frota mais nova, naturalmente que existe uma segurança melhor. Estamos cheios de histórias de acidentes que ocorrem no transporte escolar, principalmente quando ele é feito por carros antigos, por micro-ônibus velho que quebra a barra de direção, quebra alguma parte do carro, provocando acidentes muitas vezes graves, como temos histórias.

Por isso, então, venho aqui em defesa desses projetos que isentam ICMS, IPI. No caso, é uma lei federal que isenta de IPVA os veículos dessas empresas que fazem o transporte escolar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOS)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Gostaria de registrar a presença nesta Casa, no dia de hoje, sr. presidente, do nosso amigo suplente de vereador e secretário da Saúde de Major Gercino,

sr. Maros Marcelino, que inclusive, hoje, está de aniversário.

Seja bem-vindo a esta Casa.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, a sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Apenas para registrar a presença do nosso vereador Lucas Esmeraldino, da cidade de Tubarão. Ele foi campeão de votos naquela cidade.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Sejam todos bem-vindos.

O próximo orador inscrito é a sra. deputada Ana Paula Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Obrigada, sr. presidente, srs. deputados, quem nos acompanha pela TVAL e Rádio Digital, também quem nos visita nesta sessão ordinária no Parlamento catarinense.

(Passa a ler.)

"O Brasil definitivamente se transformou numa grande nação, respeitada no mundo e servindo de exemplo para as mudanças necessárias na ordem mundial.

A liderança do Brasil no cenário internacional se dá, principalmente, pela clareza da construção de uma nova organização mundial independente e a serviço de um mundo mais justo e mais fraterno. Se distanciando da subserviência histórica que o Brasil foi submetido ao longo de séculos, somos agora protagonistas da diplomacia no planeta."

Ontem, apesar da ação organizada dos países ricos, Estados Unidos, Europa e a mídia pessimista, o brasileiro Roberto de Azevêdo, que não é o nosso colunista querido do jornal *Notícias Do Dia*, mas o brasileiro Roberto de Azevêdo foi eleito diretor-geral da Organização Mundial do Comércio, a mais poderosa organização do comércio internacional. Terá papel decisivo nos desdobramentos da crise mundial e foi saudada pela

presidenta Dilma Rousseff como uma vitória da concepção de um mundo com mais justiça social.

Em nota disse a nossa presidenta Dilma Rousseff:

"O governo brasileiro recebe com satisfação a escolha do embaixador Roberto Azevêdo para diretor-geral da Organização Mundial do Comércio.

Ainda sofrendo os efeitos da crise mundial iniciada em 2008, caberá à Organização Mundial do Comércio, nos próximos anos, dar um novo, equilibrado e vigoroso impulso ao comércio mundial, fundamental para que a economia global entre em um novo período de crescimento e justiça social.

Ao apresentar o nome do embaixador Azevêdo para essa alta função, o Brasil tinha claro que, por sua experiência e compromisso, ele poderia conduzir a organização na direção de um ordenamento econômico mundial mais dinâmico e justo."

Destaco também a participação pessoal decisiva da nossa presidenta Dilma Rousseff na campanha pela eleição de Roberto Azevêdo ao comando da Organização Mundial do Comércio.

Hoje, srs. parlamentares e público catarinense, o Brasil se constitui numa grande nação, graças a Deus, respeitada em todo mundo. Superamos os trágicos momentos, infelizmente trágicos momentos de humilhação internacional, em que um brasileiro, um chanceler, o embaixador Celso Lafer, durante o governo do PSDB, aceitou tirar os sapatos para pisar em solo americano. Imaginem! Assim, assumiu a tese de que poderia ele próprio ser um suspeito de contrabando ou terrorismo. Imaginem a que ponto chegamos! Graças a Deus essas tristes histórias não estão mais acontecendo no nosso país, porque o nosso país hoje é respeitado no mundo inteiro.

Essa liderança do Brasil no cenário mundial, srs. parlamentares, se deve principalmente às mudanças sociais vividas pela população brasileira nos dez anos do governo popular, com o nosso presidente Lula e com a nossa presidente Dilma Rousseff.

O Brasil, apesar de enfrentar a maior crise mundial da história do nosso planeta, conseguiu tirar 40 milhões de brasileiros e brasileiras da miséria e da pobreza e conseguiu gerar 20 milhões de empregos com carteira assinada, srs. parlamentares, e com o salário acima de US\$ 100, porque era esse o sonho de cada brasileiro e brasileira. E hoje o salário mínimo já está beirando mais de trezentos e poucos dólares.

Hoje o brasileiro, ex-ministro do governo do presidente Lula, José Graziano da Silva, dirige a FAO, organização das Nações Unidas para a agricultura e alimentação, e agora o embaixador Roberto Azevêdo assumirá a direção da Organização Mundial do Comércio.

Parabéns à nossa presidente Dilma Rousseff que conduz o nosso Brasil a passos firmes e sob os holofotes da mídia internacional.

Depois de uma notícia tão maravilhosa quanto essa, temos que nos alegrar, porque é mais um brasileiro, nesse espaço de decisão de tanta importância, que vai destacar ainda mais o nosso país.

Eu quero ainda, na tarde de hoje, srs. parlamentares, e público catarinense, destacar mais uma vez a mobilização da sociedade organizada, que participa da marcha dos catarinenses. A marcha é organizada, e estivemos presentes, tanto eu quanto os deputados Jailson Lima, Neodi Saretta, na manifestação de homens e mulheres, que acontece próximo à Assembleia Legislativa. A marcha é organizada pela coordenação dos movimentos sociais e tem como objetivo dialogar com a sociedade e apresentar as reivindicações dos movimentos populares do estado.

Nesta quarta edição da marcha, o tema é por um estado com políticas públicas de qualidade, por um estado que dá segurança para o povo catarinense, por um estado que tenha uma saúde de qualidade e principalmente a questão da educação, pois que é lamentável o jeito em que ela se encontra para todos os catarinenses.

Essa marcha tem um significado especial, porque traz às ruas as principais reivindicações

da população de Santa Catarina e denuncia o caos nas políticas públicas do governador Raimundo Colombo. Aliás, um governo que não atua na área social, que abandona e sucateia os serviços públicos, a exemplo da saúde, da educação e da segurança pública.

Temos cobrado, srs. parlamentares e público catarinense, insistentemente, ações do governo Colombo. Temos denunciado, através desta tribuna, e onde temos passado ouvindo as reivindicações da nossa população temos denunciado o descaso. Mas infelizmente não encontramos ainda sensibilidade do governo dos catarinenses para os anseios da nossa gente. Até parece que o nosso governador não está escutando, ouvindo ou vendo a reivindicação de toda a nossa gente.

Como dizia o maior educador brasileiro, nosso mestre Paulo Freire, em sua última entrevista, no ano de 1997: "Eu morreria feliz se eu visse o Brasil cheio, em seu tempo histórico, de marchas: marchas dos que não têm escola; marchas dos reprovados; marcha dos que querem amar e não podem; marchas dos que se recusam à obediência servil; marcha dos que se rebelam e marcha dos que querem ser e estão proibidos de ser."

Eu creio que é esse o caminho da mobilização, das marchas, o caminho das ruas, buscando de forma cidadã os nossos direitos sonogados por um governo que não tem compromisso com a justiça social.

Muito obrigada, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, o primeiro assunto que me traz a esta tribuna é sobre uma jovem de 16 anos, que é a melhor estudante de Geografia do país, uma são-bentense de nome Viktoria Weihermann.

Esse fato vale um registro porque é uma estudante do Brasil que conquistou, entre 165 mil inscritos no concurso, o primeiro lugar em Geografia. Antes disso já havia conseguido ganhar a medalha de bronze na Olimpíada Nacional de Física e também o bronze na Olimpíada Nacional de Astronomia.

(Passa a ler.)

"Comprova porque é considerada uma menina prodígio: com apenas 15 anos para 16 anos ela acaba de vencer a Viagem do Conhecimento, desenvolvida pela revista *National Geographic* e considerada uma das maiores olimpíadas de Geografia do Brasil."

Estou falando, deputado Gelson Merisio, de uma são-bentense que conquistou o primeiro lugar entre 165 mil inscritos e que, para nós catarinenses, é uma satisfação, motivo de orgulho. Além disso, a minha cidade de São Bento do Sul agora não somente é destaque catarinense, mas também destaque nacional, por ter essa estudante conquistado esse primeiro lugar na Olimpíada de Geografia realizada pela revista *National Geographic*, uma das mais reconhecidas pelo seu trabalho no Brasil, no que diz respeito a esse assunto.

Parabéns à menina Viktoria, aos seus pais e familiares! Parabéns a São Bento do Sul e Santa Catarina, por ter esse grande destaque, essa estudante que nos orgulha pelo seu conhecimento e inteligência e, mais do que isso, por sua dedicação.

Por outro lado, srs. deputados, sr. presidente, gostaria de fazer um apelo sobre o nosso sistema de saúde no Brasil.

Percorrendo os municípios catarinenses e acompanhando a grande mídia, seja televisiva, escrita ou falada, o sistema de saúde no Brasil passa por, quero crer, uma das piores fases do tempo que estou acompanhando a saúde pública no Brasil.

Em 1993 tive a oportunidade de ser secretário da Saúde do município de São Bento do Sul, e na época, de fato, aconteceu a municipalização. Vejo uma decisão sábia e inteligente a municipalização

na saúde, como na educação e em outras atividades. No entanto, essa municipalização veio para o bem das pessoas, ou seja, no atendimento, na resolutividade, porque é nos municípios em que as pessoas vivem que elas também têm mais facilidade de se aproximar, de reivindicar e ao mesmo tempo solicitar os serviços públicos, porque o prefeito está mais próximo, os secretários estão mais próximos e os vereadores estão mais próximos, mas o estado está distante, e a união está mais distante ainda, ou seja, o governo federal está muito distante.

Mas o que aconteceu não foi apenas neste governo, isso já vem nos meados da década de 90, quando cada vez menos recursos são destinados para o pagamento dos serviços de saúde. Ou seja, não se atualiza, não se reajusta a tabela dos serviços de saúde, seja na consulta, nos exames laboratoriais, em outros exames de média e de alta complexidade, além de não ter reajuste nos procedimentos ambulatoriais, cirúrgicos, internações, nas diárias hospitalares. Não é para menos que haja uma falência de hospitais na grande maioria dos municípios brasileiros, e em Santa Catarina não é diferente. O nosso vizinho Campo Alegre está na iminência de fechar as portas, o que é muito grave, o que é lamentável, quando as pessoas terão muita dificuldade, em se tratando da grande distância do serviço de saúde, no caso do município de Campo Alegre. Se isso acontecer, lamentavelmente, vamos ter, deputado Volnei Morastoni, uma dificuldade maior ainda para levar pacientes a outros municípios.

Então, é um apelo que estamos fazendo ao secretário de estado da Saúde, Dalmo Claro de Oliveira: olhe por Campo Alegre.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, de acordo com a troca que foi feita com o PCdoB, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, meu caro deputado Silvio Dreveck, que acabou de falar sobre um assunto que vou dar continuidade aqui porque, meu caro deputado, até quero convidá-lo e deixar o convite aos nossos 40 deputados, em nome da comissão de Saúde, para a apresentação no dia 29 de maio, nesta Casa, pela secretaria estadual da Saúde, sobre as Redes de Atenção à Saúde em Santa Catarina, em que estágio estamos e qual é o cronograma para a implantação das Redes de Atenção.

Quero dizer que agora começo a ver uma luz no fim do túnel, felizmente, sr. presidente, deputado Romildo Titon, para resolver a crise da Saúde, principalmente a crise dos hospitais em Santa Catarina. Tenho acompanhado de perto essa situação pela comissão de Saúde nos últimos dois anos, as audiências públicas, os debates que fizemos. E nessa ocasião já vínhamos alertando o governo do estado.

Em 2011, quando percorremos intensamente o extremo oeste e o extremo sul, do planalto serrano ao planalto norte, passando pelo vale do Itajaí, entrando por várias outras regiões, como de Taió, como lá em Canoinhas, como aqui na região de Tijucas, por todo o estado, vimos de perto a situação crítica vivida pelos hospitais que precisavam ter, por parte do governo do estado, uma posição mais firme e uma política estadual, inclusive de amparo.

Depois de toda essa crise que está instalada e que sucessivos hospitais têm anunciado datas para o fechamento de suas portas, agora felizmente a secretaria estadual da Saúde, o governo do estado, acordaram e estão agilizando a implantação das redes de atenção em Santa Catarina. As redes de atenção, de forma combinada com a recontratualização dos hospitais, é o caminho para superar a crise que estamos vivendo.

Nos últimos dias tenho acompanhado de perto vários hospitais. Hoje, agora pela manhã ainda, junto com o deputado Dado Cherem, conversamos sobre o Hospital Santa Inês, de Balneário

Camboriú, e o Hospital Ruth Cardoso, e através das redes de atenção vamos encontrar agora o verdadeiro caminho para que ambos, de forma conjunta, planejada, tenham uma solução.

Ontem, acompanhei uma audiência pública, pela manhã, na secretaria estadual, com uma comitiva de Itajaí, minha cidade, para conversar sobre a situação do Hospital Infantil Pequeno Anjo, um hospital universitário que já estava com data marcada para diminuir ainda mais o seu atendimento. Remarcamos outra reunião para a próxima semana, porque nesta sexta-feira o secretário-adjunto vai ter mais uma reunião decisiva com o ministério da Saúde, para fechar detalhamentos para esses encaminhamentos relacionados com as redes de atenção.

Ontem à tarde, junto com o deputado Dirceu Dresch, com a deputada Carminatti, com o deputado Padre Pedro, acompanhei o prefeito, a comitiva de vereadores, a secretaria municipal e a direção do hospital de Iporã do Oeste, que também tem um papel decisivo ali naquela sua microrregião. Assim foi na semana passada, quando conseguimos encontrar uma solução para o hospital de Tijucas, quando participei de uma reunião, também de debates, na câmara de Vereadores de Brusque, e encontramos um caminho para o hospital de Brusque, de Azambuja. E ainda na sexta-feira passada, visitei os hospitais de Canelinha, São João Batista e Nova Trento, todos tomados por situações de dificuldades.

Então, não é realinhamento de tabela do SUS, e nós já falamos aqui várias vezes que tabela do SUS é um discurso ultrapassado, um discurso antigo, vencido. E a tabela do SUS até na alta complexidade paga bem. Ela está defasada. E já declarei várias vezes aqui dos encontros que eu próprio tive com o ministro Antônio Padilha.

Não é reajuste de tabela do SUS. E R\$ 1,00 que se dê de reajuste da tabela vai dar uma enorme repercussão. Imaginem o montante astronômico dos procedimentos realizados no Brasil. E não se tem controle da qualidade do atendimento. Então, o ministério atendeu por outro caminho, e é esse o

caminho. Pena que a secretaria estadual demorou muito tempo para acordar, sintonizar e ficar de frente com o ministério da Saúde, para as redes de atenção, de urgência e emergência, as redes de atenção psicossocial, que englobam toda a questão da saúde mental, a rede cegonha que pega toda a área materno-infantil.

Na rede de urgência e emergência, que vem desde a unidade base de saúde, está-se institucionalizando uma experiência muito positiva, que já em vários municípios brasileiros, ao longo dos anos, até por espontaneidade dos municípios, foi desenvolvida a atenção domiciliar, o internamento domiciliar, que agora vem com linha de financiamento. Muitos pacientes, em vez de ficarem nos hospitais, ficam em casa com os familiares ou com os cuidadores, dentro de uma lógica institucional. Outra situação que o ministério propicia inclusive antecede ao internamento hospitalar, acoplado com a Upa, o Samu, as salas de estabilização.

Aí vamos para os hospitais, e vamos ter os hospitais gerais com porta abertas, pronto socorro 24h, com leitos de UTI, leitos de retaguarda, leitos para internamento prolongado. Tudo isso que estou falando tem portarias. Há a portaria mãe, de meados de 2011, em estados brasileiros como o Ceará, o Mato Grosso e outros estados que já estão com essas redes instaladas. Adiantaram-se, acreditaram, não ficaram batendo pé nesse discurso ultrapassado, passado e vencido simplesmente da tabela do SUS.

E está certo quando o ministro realinha através das redes de atenção, porque a atenção e saúde precisam ser feitas através de uma rede de cuidados e pensadas regionalmente. E precisa ter resultados, metas. Ora, não é somente o reajuste de tabela do SUS que vai salvar.

Participo de uma comissão que se reuniu várias vezes na Assembleia de São Paulo, representando a Unale. Discutimos com as santas casas, com o ministro, e o caminho não é mais tabela do SUS. O caminho é redes de atenção. Então, em nome da comissão de saúde, pedi à secretaria estadual da

Saúde que, e até gostaria que fosse na semana que vem, viesse a esta Casa, fazer uma exposição aos senhores deputados.

Acho que para os deputados que no dia-a-dia se encontram com essas situações nos seus municípios, nas suas regiões e ouvem os clamores que os hospitais estão apresentando é importante conhecer cada uma das redes de atenção, como são as portarias, as linhas de financiamento, quais são os atendimentos que se preconiza em cada uma delas. É uma nova mudança de postura perante a situação de hospitais de todo o Brasil. É um novo caminho. Acredito ser um caminho bom, acertado, que vai revolucionar. Não vai resolver tudo talvez, mas é um passo importantíssimo. E, além das redes de atenção, fruto daquela reunião que tivemos no ministério da Saúde, em que estavam cinco deputados desta Casa, mais cinco deputados federais e representantes da secretaria estadual da Saúde, foi acertado que o ministério abriria espaço para a recontratualização. Além da recontratualização que a secretaria tem com os hospitais, há uma recontratualização que passa para o ministério da Saúde com valores mais consideráveis.

Então, espero e acho que finalmente a secretaria vá agora trilhar o caminho certo ao sintonizar com o ministério da Saúde, e vamos começar a resolver essa crise em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Dado Cherem, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, srs. deputados, subo à tribuna, nesta tarde, para falar sobre as dificuldades que o deputado Volnei Morastoni tem relatado em relação à saúde, à perspectiva real de uma nova realidade.

Mas quero, antes de entrar neste assunto, sr. presidente, falar das conquistas da região da

Amfri na política do governo do estado, na figura do governador Raimundo Colombo, na figura da sua equipe de governo, que não tem medido esforços para contemplar a região da Amfri com obras nos mais diversos setores. Na área da Saúde, tivemos há pouco tempo um investimento significativo de recursos para o Hospital Marieta Konder Bornhausen, de Itajaí, uma policlínica que vai ser também financiada pelo estado no município de Itapema, uma policlínica que, infelizmente, o município de Balneário Camboriú abriu mão.

Então, conversando com o prefeito de Itapema, junto do colegiado da Amfri, e ele aceitou que o município absorvesse aquela policlínica que vai atender a toda aquela região. Município que cresce dia a dia com muita intensidade, com muita força.

Também, sr. presidente, na nossa região da Amfri, vamos ser agraciados com pelo menos mais cinco novos colégios do ensino médio. Teremos colégio no município de Balneário Camboriú, Navegantes, Itajaí, neste primeiro momento. E estamos aguardando, senhoras e senhores, também para um segundo momento, um colégio de ensino médio no município de Itapema.

Para dar continuidade a esse volume de serviços, de construção de novas áreas de infraestrutura, está-se criando dentro do governo, sr. presidente, um convencimento da necessidade da pavimentação e urbanização da estrada ligando Camboriú a Brusque e ligando também outra estrada que todos vocês conhecem, que é o morro do Encano, que liga Itapema ao município de Camboriú, quem vem do norte e que quando chega no primeiro trevo de Itapema, em vez de entrar ali, pega-se à direita. Ali, antigamente, para quem tem a lembrança, era a estrada oficial que ligava Gaspar, Blumenau, Brusque, com o litoral catarinense. E todos nós passávamos por ali, eu me lembro muito bem, na época da minha infância.

Vejam bem, srs. deputados, o volume de recurso, o volume de obras que o governador Raimundo Colombo e sua equipe estão despejando, esse é o termo, na região da Amfri. Na área da saúde, na área da educação, na área da

infraestrutura urbana, mas também estamos trabalhando, e tenho muita esperança, muita vontade, para que até o final do ano tenhamos uma solução também para o centro de eventos de Balneário Camboriú. Uma obra tanto tempo desejada, uma obra tão sonhada. Eu chego a dizer, sr. deputado, que ela tem tanta importância para economia da região como foi a duplicação da BR-101 ligando Curitiba ao nosso litoral.

Hoje, se conseguirmos fazer esse centro de eventos, com certeza vai dar uma nova dinâmica, uma nova movimentação, aliada a todas essas obras de infraestrutura, e um novo alento na geração de emprego, de reuniões, de convenções, porque não tenho dúvidas de que será o melhor centro de eventos do sul do país, que será feito no município de Balneário Camboriú. Será uma obra, volto a frisar, deputado presidente, de extrema importância. E vejo a participação de vários setores do governo. Quem sabe, logo teremos notícias a esse respeito.

Também não posso deixar de falar aqui, sr. presidente e demais srs. deputados, que muito tem se apontado o dedo para o governo do estado quando se fala na crise da saúde, como se fosse de responsabilidade do governador, do secretário Dalmo e de sua equipe todas as mazelas que o serviço público de saúde sofre hoje. Isso não é verdade, sr. presidente, e estive por quase seis anos naquela secretaria.

Deputado Silvo Dreveck, v.exa. que já foi secretário municipal de Saúde sabe que a responsabilidade são dos três entes: município, estado e união. Assim, deputado, faço uma pergunta: v.exa. já viu posto de saúde fechar? Não, nunca vimos, deputado presidente, fechar, porque o prefeito está ali e não deixa fechar. Outro questionamento: hospital do estado fechar? Não viu e nunca verá, porque apesar de todas as dificuldades o governo do estado está presente.

Onde está a grande crise hoje? É no setor hospitalar conveniado, privado, financiado pelo SUS. É aí que está a grande crise, mas também será que somente a tabela do SUS vai resolver esse

grande problema? Eu acredito que não, sr. presidente, mesmo que aumentando não vai resolver esse problema, porque se aumentá-la em 300% não resolverá. Vai ajudar, mas não vai resolver.

Então, é uma série de ações, srs. deputados, que temos que incrementar na saúde, desde a questão da gestão, mas acima de tudo do subfinanciamento. E essas novas perspectivas que o deputado Volnei Morastoni tão bem colocou aqui estão sendo estudadas, analisadas, entendidas pelos secretários municipais e estaduais, para que possamos implementar em nível de estado, como essas redes de urgência e emergência, rede cegonha, sala de estabilização, enfim, aquelas portas abertas que todos sonhamos.

Diante disso, tem que haver uma atenção um pouco maior do ministério da Saúde para todos os municípios. Essa centralização de recursos não interessa a ninguém, porque os problemas estão aqui na ponta, não estão lá em Brasília. Assim, quando vimos um prefeito desesperadamente aplicando 30% na Saúde, às vezes tendo que se desdobrar em dois, até porque tem guarda municipal no seu município e não tem recurso, orçamento para isso, vendo os governadores também tentando chegar nos 12%, ou passar desse percentual, nós não sabemos quanto é aplicado pela união. A última informação que tive é que de 8% do PIB são aplicados apenas 4%.

Então, quando vimos e enxergamos que pelo menos está sendo feita uma movimentação no sentido de fomentar, repactuar ou requadrar os agentes de saúde na área hospitalar, vejo com bons olhos, mas tem que ter algo mais. Tem que olhar com mais atenção para os hospitais do Brasil.

Por isso que digo que posto de saúde não fecha, porque o prefeito não deixa isso acontecer; que hospital do estado também não fecha, porque o governo, com todas as dificuldades, não deixa fechar. Mas os hospitais filantrópicos estão fechando sim.

Ontem ou anteontem, a *Folha de S. Paulo* trouxe uma matéria sobre a crise nas santas casas em todo

país. E isso é fruto dos subfinanciamentos por que passa a saúde hoje.

Volto a frisar, a bater nessa tecla: três pontos fundamentais na saúde hoje são: primeiro, uma política própria para os hospitais conveniados com a rede SUS; segundo, uma política própria do estado para os hospitais dos estados. E volto a frisar que resolvendo o problema dos hospitais, dos exames, do atendimento, a classe médica, o profissional médico também está insatisfeito e não quer trabalhar em quaisquer condições e por qualquer salário. Temos que ter uma política específica salarial voltada para os profissionais da área médica.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSD.

Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, divido o meu tempo com o deputado Maurício Eskudlark.

Quero agradecer a visita do prefeito do município de Blumenau, Napoleão Bernardes. Ele esteve em meu gabinete, com o secretário de Obras, Paulo França, para discutir algumas demandas deste município, em especial um projeto muito interessante e necessário na questão do transporte coletivo urbano. E esperamos encontrar uma solução na parceria com o governo do estado. Inclusive, estaremos anunciando nos próximos dias, com a aquiescência do governador, boas propostas para o transporte coletivo na região metropolitana de Blumenau.

Sr. presidente, eu gostaria de registrar o nosso projeto de lei, mais recente, a que demos entrada nesta Casa, com o parecer positivo do deputado Silvio Dreveck.

Agradeço, deputado, a sua relatoria. É um projeto modesto, mas necessário. É um projeto que assegura ao consumidor o direito de informação

sobre a inexistência de assistência técnica no município. É muito confortável em especial, deputado Silvio Dreveck, que coincidentemente está no comando da CPI da telefonia...

O cidadão compra seu aparelho celular, e é oferecida mil e uma vantagem - estou usando o celular como exemplo, mas poderia ser qualquer eletrodoméstico ou mercadoria -, mas no momento da compra não lhe é avisado de que não existe no município a assistência técnica. E quando dá um problema nesse aparelho celular ou na mercadoria o cidadão vai até a loja que vendeu esse produto e escuta que não há no município assistência técnica. Tem que mandar para São Paulo, para o Rio, para Nova Iorque, sei lá. E fica o cidadão literalmente a ver navios.

Por isso esse projeto de lei vem com essa proposição de dar ao consumidor a informação adequada, correta, sabendo até se assim o for eventualmente que está correndo o risco da inexistência de uma assistência técnica no município.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - V.Exa., deputado, foi o relator, e agradeço por suas colocações pontuais no relatório.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Em primeiro lugar, v.exa. sabe que sou muito criterioso, na comissão de Constituição e Justiça, com relação a projetos. E como se trata de projetos que não têm amparo constitucional, o amparo da juridicidade, da legalidade, por uma decisão parlamentar de ter todo o aspecto legal amparado regimentalmente e pela Constituição, além disso, vai trazer um grande benefício para o consumidor, porque isso é de ocorrência em vários locais, e já constatamos essa realidade de como v.exa. explicou, de comprar um determinado produto e depois não ter um local para recorrer, então, nada mais justo do que avisar, ou seja, é responsabilidade de quem vende informar ao seu cliente, ao seu consumidor, que não há assistência técnica local. Poder haver em

outro município, em outra instância, mas ele vai ter que informar.

Então, quero parabenizar. E não fiz mais do que o meu dever de relatar favoravelmente, porque ele contempla tanto no seu texto quanto na parte legal. A constituição está de acordo com a legalidade com a juridicidade. Portanto, é um projeto que vai trazer benefício para o povo catarinense.

Parabéns pelo seu projeto, deputado!

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Mais uma vez agradeço, deputado Silvio Dreveck, pela deferência da relatoria desse projeto. E de fato a proposta é essa proteção ao consumidor, e se há proteção ao consumidor é de fato de interesse da sociedade catarinense.

Eu cedo o restante do meu tempo ao colega deputado Maurício Eskudlark.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) -

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, ainda dentro do horário do PSD.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, agradeço ao grande colega deputado Ismael dos Santos pela deferência a essa nossa luta pela democracia e pela maneira cordial e firme como atua nesta Casa Legislativa.

Quero também parabenizar o deputado Silvio Dreveck pela instalação da CPI da Telefonia Móvel. É importante, pois temos que buscar soluções para a população catarinense não só no interior, em locais distantes, em que existem problemas com telefonia móvel, porque também existem nos grandes centros, como Florianópolis, Balneário Camboriú, na minha cidade. E são problemas gravíssimos com a telefonia móvel. Na região onde resido, que é no Pontal Norte, bairro Pioneiros, é um problema sério a questão da telefonia móvel. Inclusive, não sei se o presidente divulgou, mas vai ter um e-mail, www.cpidatelefonia@alesc.sc.gov.br, para receber reclamações, informações e sugestões para a atuação da CPI.

Ontem, tivemos a instalação da comissão, com o deputado Moacir Sopelsa como relator e a deputada Ana Paula Lima como relatora-adjunta da Comissão Parlamentar de Inquérito, a respeito da telefonia móvel no estado de Santa Catarina.

Também quero endossar as palavras do colega deputado Dado Cherem, com referência aos investimentos do governo do estado em Santa Catarina, que nos últimos dois anos, deputada Dirce Heiderscheidt, já fez 25 viagens a Brasília.

Havia alguns municípios do nosso estado que receberam uma, duas ou nenhuma visita do governador. Mas é como ele mesmo disse: não adiantava ir até o município e chorar as pitangas, dizer que não há verbas, que não há recursos e que o estado realmente não tem recursos para investimentos.

O governador, através do ajuste, da quitação de algumas dívidas do governo do estado para com o governo federal, com juros absurdos que o estado paga à união, e também com apoio da presidente Dilma Rousseff, com liberação de recursos para o nosso estado, vai conseguir nos próximos dois anos investir mais de R\$ 10 bilhões em Santa Catarina. Será o maior investimento da história, com obras na área da Saúde, na área da Educação, na área da Segurança e também investimentos nas rodovias do nosso estado, enfim, um grande investimento.

Para o hospital Marieta Konder Bornhausen, de Itajaí, serão investidos R\$ 50 milhões.

Balneário Camboriú é uma cidade que pelo seu potencial turístico, pela rede hoteleira, ressenete-se de não ter um grande centro de convenções que seja capaz de acomodar grandes eventos que tem condições de suportar. Mas tenho certeza de que é uma obra necessária que ainda neste governo deverá ser viabilizada.

O governador também passou na região do extremo oeste e em Caçador. São Miguel d'Oeste recebeu em torno de R\$ 9 milhões para obras, assim como os municípios de Descanso, Belmonte, Paraíso, Guaraciaba e Barra Bonita. Sentimos lá a motivação dos administradores municipais com esses recursos advindos do governo do estado. Tivemos a visita do

governador ao município de Calmon, da prefeita Ivone, quando o governo também liberou quase R\$ 1 milhão para a realização de várias obras. E o governador ficou impressionado, porque o município implantou uma creche noturna, já que muitas mães trabalham no período noturno e estudam. Os recursos servem também para a aquisição de uniforme escolar, tênis ou abrigo, enfim, materiais para os estudantes que o município fornece, mas agora em conjunto com o governo do estado.

O município de Matos Costa, administrado por um prefeito do PT, também recebeu os mesmos recursos, já que o governo Raimundo Colombo tem levado verbas a muitos municípios, independentemente da sigla partidária, até porque é obrigação do governo administrar para os catarinenses. E quero fazer o registro desses investimentos que o governador Raimundo Colombo viabilizou nesses dois anos, e nos dois próximos anos registraremos os maiores investimentos da história em nosso estado.

Quero aproveitar esse tempo que nos resta para parabenizar a nova diretoria do Sinpol - Sindicato dos Policiais Civis de Santa Catarina -, através do novo presidente eleito, o Anderson Vieira de Amorim - tivemos a felicidade de trabalhar juntos -, um grande profissional que hoje recebe a confiança, as aspirações da categoria nas suas lutas.

A eleição foi realizada de forma tranquila. Saiu o presidente Pedro Cardoso. E a chapa Novos Tempos, com os componentes Augusto, Juninho Mamão, como presidente, foi derrotada pela chapa Renovação, do Anderson. E o importante é que agora todos somem esforços em prol da Segurança Pública, da Polícia Civil e dos policiais civis.

A chapa ficou com a seguinte composição: presidente, Anderson Vieira Amorim; vice-presidente, Juliano Pedrini; secretária-geral, Rosemery Matos; tesoureiro, Carlos Wagner; tesoureiro adjunto, Fabiano Drescher; diretor de assuntos profissionais e de divulgação, Arilson Carlos Nazário, policial de Criciúma, muito

destacado pela sua atuação; e pelos suplentes Hélio Lemos Sobrinho, Paulo Dutra, Darlan Baumarat de Souza, Paulo Roberto Cardoso de Andrade, grande amigo, Ilário Piloto, jornalista e policial Roberto Salum e pelo José Carlos de Oliveira.

Então, esta é a nova diretoria do Sinpol que, com certeza, vai lutar com muita determinação em defesa da categoria. E contará com o nosso apoio e de todos os deputados desta Casa, na busca do melhor para todos. Desde já parabéns, e o nosso gabinete está à disposição do Sinpol e do presidente, nosso amigo Anderson.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, o próximo horário pertence ao PCdoB.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, na data de ontem foi veiculada uma matéria no jornal *Diário Catarinense*, que trata sobre o seguinte:

(Passa a ler.)

"O Grupo EBX desistiu de investir em dois imóveis comprados pelo Grupo em SC e que ainda vendeu um dos terrenos por R\$ 60 milhões e que outro estaria à venda pelo valor de R\$ 20 milhões.

Chama a atenção que os valores envolvidos estão "estratosfericamente" superiores a avaliação feita pela secretaria de estado da Administração que considerou, conforme denuncia o parecer técnico contido nos autos do PL n. 0033/2009 de que 'não foram coletados dados suficientes' para a utilização do 'Método Comparativo Direto de Dados de Mercado.'

Desse modo, com dados incompletos e insuficientes o referido imóvel contendo duzentos e cinco mil e novecentos e noventa e cinco metros quadrados situado em área estrategicamente situada dotada de infraestrutura, de frente para o mar e próxima à BR-101, foi avaliado em R\$ 1.895.000,00 (um milhão oitocentos e noventa e cinco mil

reais), ou seja, foi avaliado em R\$ 9,20 o valor do m².

Objetivando apurar se este imóvel, ou se fração deste, é a área que o Grupo EBX está oferecendo no mercado imobiliário por valor muito superior ao avaliado pela secretaria de estado da Administração, apresentei ontem um pedido de informação e uma indicação ao Tribunal de Contas para obter maiores informações acerca dos valores envolvidos e ainda apurar se houve dano ao erário com a alienação de área pública de propriedade até então do estado por valor avaliado, em tese, muito aquém dos praticados pelo mercado."

Para quem está em casa, gostaria de lembrar que no ano de 2009 o Grupo EBX, capitaneado por Eike Batista, fez um rebuliço na nossa região dizendo que investiria, de forma milionária, na cidade de Biguaçu, na construção de um porto.

À época, chamou muita atenção o valor que a secretaria de estado da Administração avaliou o imóvel, R\$ 9,20, para nós um valor muito abaixo do mercado. E mais do que isso, no PL 0033/2009 a própria secretaria afirmou que não foram coletados dados suficientes para a utilização do Método Comparativo Direto de Dados de Mercado.

Ou seja, em 2009, o governo do estado, com o aval desta Casa, via PL 0033/2009, vendeu um terreno para Eike Batista, para o Grupo EBX, por R\$ 1.895.000,00 (um milhão oitocentos e noventa e cinco mil reais) e agora ele está vendendo o mesmo imóvel por R\$ 60 milhões, depois de apenas quatro anos.

À época, muita gente argumentava que Eike Batista nunca teve a intenção de investir, de fato, em Santa Catarina, e sempre teve a pretensão de usar o imóvel que comprou aqui, a preço abaixo do mercado, como agora se comprova que de fato aconteceu, para poder barganhar com o estado do Rio de Janeiro, onde fato pretendia investir, as condições.

E como catarinense e parlamentar que sou hoje, estou fazendo um pedido de informação ao Tribunal de Contas exatamente para ter certeza de que se trata do mesmo imóvel, aquele mencionado ontem na

matéria do *Diário Catarinense* e o que hoje estamos mencionando.

Nenhum imóvel muda tão rapidamente de valor, de quase R\$ 2 milhões para R\$ 60 milhões?

Nós precisamos saber o que houve. E o horizonte, quando se faz esse questionamento, é mais longe ainda. Se de fato, como parece ser, o estado de Santa Catarina vendeu muito abaixo, e tão mais abaixo, nós temos que ter a dignidade de anular essa lei e, portanto, anular a venda que o estado de Santa Catarina fez ao grupo de Eike Batista para fazer o empreendimento que nunca foi feito lá em Biguaçu. E que agora está sendo vendido por um valor exponencialmente maior do que o estado de Santa Catarina vendeu.

A cidade se dividiu entre os que entendiam que era um avanço e que podia trazer desenvolvimento econômico; e os que se preocupavam com a vocação turística da área e que o impacto era muito grande. Mas não é nem disso que estamos tratando. Se o estado de Santa Catarina vendeu um imóvel por R\$ 2 milhões e em quatro anos ele vale R\$ 60 milhões, nós temos que ter a responsabilidade de anular essa venda e não permitir essa fraude contra o estado de Santa Catarina.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Aldo Schneider, líder do governo.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, é com satisfação que usamos, neste momento, a tribuna deste Parlamento para, através da Rádio AleSC Digital e da TVAL, levar informação à sociedade catarinense sobre o que efetivamente ocorre em Santa Catarina com a participação efetiva do nosso Parlamento.

Então, hoje quero discorrer sobre um programa que foi lançado no dia de ontem no gabinete do sr.

governador Raimundo Colombo, o Pacto da Defesa Civil.

(Procede-se à exibição de transparências.)

O que representa esse pacto? Representa obras na área de contenção de cheias do vale do Itajaí, principalmente dos municípios que atinge todo alto vale e o médio vale do Itajaí. São obras no valor de quase R\$ 300 milhões que vão surtir um efeito grandioso, principalmente quando ocorrerem catástrofes como ocorreu no final de 2011.

Então, para iniciarmos esse trabalho, o então governador Luiz Henrique da Silveira contratou um estudo através do grupo Jica do Japão, em que durante aproximadamente dois anos os técnicos japoneses estiveram em Santa Catarina fazendo uma avaliação do que poderíamos fazer no estado para conter um pouco essa questão das cheias na região do vale do Itajaí.

A partir da contratação desse estudo por parte do então governador Luiz Henrique da Silveira, e entregue no atual governo ao governador Raimundo Colombo, definiu-se junto com a nossa presidente Dilma Rousseff algumas ações para que pudéssemos executar algumas obras, e com a execução dessas obras minimizar os efeitos das cheias ou das chuvas.

Então, quero aqui enumerar para Santa Catarina, através da TVAL, o que foi lançado efetivamente no dia de ontem.

Ontem foi lançado o edital de licitação para as obras de sobre-elevação da barragem sul em Ituporanga. Isso representa 93.000.000m³ de água. Ou seja, hoje existe uma barragem e essa sobre-elevação vai conseguir reter 18% a mais de água do que retém atualmente.

Os investimentos previstos através dos orçamentos governamentais giram na ordem de R\$ 25,7 milhões. Esse projeto já está pronto, como eu disse, que é o projeto Jica. Temos, a partir de ontem, 45 dias para a abertura das propostas. E a conclusão das obras está prevista para 18 meses.

Somente essa ação já vai, principalmente nos municípios de Rio do Oeste e Laurentino, dar um efeito extraordinário, porque qualquer chuva que

afeta naquela região esses dois municípios ficam submersos. Então, a sobre-elevação da barragem de Taió já vai ter um efeito muito grande.

Eu gostaria de dizer que no município de Rio do Sul a sobre-elevação da barragem Sul vai ter 18% a mais de capacidade de retenção. E isso para Rio do Sul é muito significativo.

Na barragem de Taió são 83 milhões de metros cúbicos, sendo que são quase 20% a mais de água que vamos conseguir reter nas grandes tempestades em Santa Catarina. Os custos previstos para essa obra são R\$ 20 milhões. A abertura também é em 45 dias e a conclusão em 18 meses.

Para as duas obras são recursos aprovados pela Assembleia Legislativa, advindos do BNDES e também com a parceria do governo federal, sendo 50% a fundo perdido do governo federal e 50% dos recursos que a Assembleia Legislativa aprovou junto ao BNDES.

Foi lançado, ontem, o edital de licitação para estudos de local e de projetos executivos de obras sobre o rio Itajaí-Mirim. São duas comportas e a melhoria do canal. Foi uma alternativa que os técnicos japoneses ofereceram para o governo do estado. Só que não temos nada, temos o estudo do projeto do Jica. E para que nós posamos exatamente saber a localização e o que precisa ser feito estão sendo investidos R\$ 3.300 milhões para a contratação de estudos e de projetos. A partir disso vamos licitar uma obra aproximadamente no valor de R\$ 94 milhões, para toda a questão do município de Itajaí, que ficaria extremamente resolvido com essa ação, com esse canal, no rio Itajaí-Mirim.

Também foi lançado ontem o edital de licitação para estudo de conformidade ambiental, locação e projetos executivos. São três barragens. Uma no rio Taió, uma no rio Braço do Trombudo e uma no rio Perimbó, no município de Petrolândia.

Os investimentos para os estudos e projetos foram orçados na ordem de R\$ 3.400 milhões, também são 18 meses para a execução, e estão previstos os R\$ 87.900 milhões para investimento na construção

dessas três minibarragens, no município de Petrolândia.

O valor total dos investimentos que foram anunciados ontem pelo sr. governador e pelo secretário de estado da Defesa Civil, sr. Milton Hobus, alcançam a cifra de quase R\$ 250 milhões em obras que visam minimizar os efeitos das cheias.

O que queremos dizer com isso é que, a partir do momento de que essas obras estão concluídas na região do vale do Itajaí, representa cinco metros a menos de água no município de Rio do Sul, no município de Blumenau e no município de Itajaí.

Então, com certeza, se em 2011 esses investimentos já estivessem acontecido, as enchentes de grande proporção que ocorreram no vale do Itajaí, a partir do Rio do Sul, Blumenau e Itajaí, praticamente seria uma leve inundação.

Por isso, que aqui da tribuna, da Casa do povo de Santa Catarina, quero enaltecer um trabalho incansável dos técnicos da Defesa Civil de Santa Catarina, do governo Luiz Henrique da Silveira, porque teve a perspicácia naquele momento de buscar uma solução, através de um projeto japonês, do Grupo Jica, e contratou esse projeto agora o sr. governador Raimundo Colombo e a presidenta da República Dilma Rousseff, que juntos, somando forças do governo de Santa Catarina, do governo da União, estão buscando a solução para um problema, eu diria, secular da região.

Todos nós sabemos que qualquer ação depende de recursos. Então, o governador Raimundo Colombo, o vice-governador Eduardo Pinho Moreira, nesse primeiro momento de governo o que fizeram? Buscaram as condições tanto do âmbito do BNDES, quanto do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, do BIRD, da agência de fomentos. Criou-se uma condição econômica para que nessa segunda metade do governo possamos transformar Santa Catarina num grande canteiro de obras em todas as áreas e atuações.

E aqui me refiro à questão de contenção de cheias, principalmente na região que represento. Isso faz parte do nosso cotidiano, cada vez que

começa a chover não sabemos qual o efeito dessa chuva. Então, com essa medida prática, com essa ação de governo, com essa decisão política do estado e da União, acredito que daqui a 18 meses possamos ter a devida tranquilidade, para que quando começar a chover não tenhamos que procurar abrigos em morros e casas de companheiros, em abrigos que as prefeituras providenciam.

E quero aqui de uma forma muito humilde agradecer ao governo e dizer de esse é o nosso papel. Cabe a nós parlamentares apoiar as grandes ideias do governo, mas cabe também ao governo executar as obras.

O SR. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Aldo Schneider, ouvi com muita propriedade o seu pronunciamento, com conhecimento técnico, inclusive, dentro da sua explanação. E v.exa., que é o líder do governo, demonstra a seriedade com que está se fazendo todo esse trabalho de gestão, onde o governo tem capacidade de endividamento, tem musculatura, justamente pela ação de gestão que implementou frente às ações do estado, conseguindo reduzir 9.91% do seu custo, da sua máquina.

Isso realmente é prevenção e ao mesmo tempo se caracteriza investimento que vai dar segurança ao problema que existe principalmente nos momentos de cheia e também nos momentos de estiagem. São reservatórios que vão servir para o abastecimento humano, para a agricultura, rizipiscicultura, aquícultura, enfim, todo o segmento.

Espero que mesmo nessa linha de raciocínio nós possamos, nos próximos dias, ter um desfecho final também na barragem do Rio do Salto, lá na comunidade de Areia Branca, em Timbé do Sul, onde está ainda travado por alguns itens ambientais. Inclusive na manhã de hoje, estivemos junto com o presidente da Casan, Dalírio Beber. E após a passada da comissão de Finanças pelo Orçamento Regionalizado, deverá se constituir aqui uma audiência chamando o Ministério Público, o Ibama,

a Fatma, todos os organismos, para poder destravar todos esses procedimentos e dar sequência para que os investimentos, já na obra do PAC por Santa Catarina, possam ser estabelecidos também na barragem do Rio do Salto.

Parabenizo v.exa. pelo pronunciamento.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Agradeço e insiro a sua manifestação na minha fala.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concedo um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. deputado Darci de Matos - Deputado, parabéns pelo seu pronunciamento, muito pertinente, com conteúdo. Mas quero aqui usar 30 segundos para fazer menção ao discurso da deputada Angela Albino, e ela tem os dados. Gostaria de dizer, deputada Angela, que v.exa. acabou de colocar nesta Casa, através da tribuna, uma informação que nos preocupa muito, e com razão.

No passado, pelos dados que foram estampados na imprensa, deputado Aldo Schneider, v.exa. que é o líder do governo, fomos enganados pelo Eike Batista que adquiriu um terreno de 200 mil metros quadrados, do governo do estado, por dois milhões e vendeu, depois de três anos, por 60 milhões. Tem alguma coisa errada aí! E os investimentos que foram colocados na justificativa não vieram para Santa Catarina. Então, esta Casa não pode ser enganada nem hoje, nem ontem, nem nunca, porque representamos Santa Catarina.

Portanto, deputada, vamos apoiá-la, no sentido de que possamos esclarecer essa transação imobiliária bilionária que foi feita pelo governo do estado com esse empresário, entre aspas, Eike Batista, que anunciou investimentos em Santa Catarina e logo voltou para o Rio de Janeiro, passando-nos a perna, conforme dados que foram colocados.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Quero, na condição de líder do governo, solidarizar-me à deputada Angela Albino e à manifestação do deputado Darci de Matos. Obviamente vamos procurar informações, tanto no âmbito do governo do estado,

como nas esferas do Ministério Público e Tribunal de Justiça, para rever a verdade sobre os fatos.

Quero também agradecer a manifestação de todos os deputados com relação ao nosso pronunciamento sobre a contensão de cheias. E estou juntamente com os meus colegas na busca de respostas sobre essa transação imobiliária.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme o Regimento Interno:

Projeto de Lei n. 0020/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que altera os incisos I e II do art. 8º da Lei n. 13.334, de 2005, que institui o Fundo Social destinado a financiar programas de apoio à inclusão e promoção social, na forma do art. 204 da Constituição Federal e estabelece outras providências.

Projeto de Lei n. 0095/2013, de autoria do deputado Edison Andrino, que declara de utilidade pública o Terreiro de Umbanda Ylê de Ogum, no município de Florianópolis.

Projeto de Lei n. 0219/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, que denomina David Novak o Centro de Educação Profissional - Cedup, do município de Curitiba.

Projeto de Lei n. 0281/2012, de autoria do deputado Nilso Berlanda, que fixa os percentuais para fins de exclusão dos acréscimos financeiros da base de cálculo do ICMS nas vendas à prazo, realizadas por estabelecimentos varejistas para consumidor final, pessoa física.

Projeto de Lei n. 0348/2010, de autoria do deputado Serafim Venzon, que proíbe o repasse da cobrança de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - nas contas de serviços públicos estaduais e entidades sindicais dos trabalhadores e instituições de educação e de assistência social.

A comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher apresentou parecer favorável aos seguintes Ofícios n.s 0004/2013 e 0455/2012, todos de entidade social encaminhando documentação para a manutenção de título.

A comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0385/2011, de entidade social encaminhando documentação solicitando elaboração de projeto de lei declarando como de utilidade pública.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0093/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0111/2013.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n.0192/2012.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0096/2013, de origem governamental, que altera a aquisição de imóvel no município de Garuva (Construção da Delegacia de Polícia Civil).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O sr. deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sugiro a v.exa., e com a concordância dos srs. líderes, que possamos adiar a votação dos vetos para a próxima sessão, haja vista a condição da falta de quórum neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Assim será feito, deputado, porque olhando daqui temos apenas 15 deputados, número bonito, mas não é suficiente, sendo necessário 21.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, se v.exa. assim entender por bem, para que pudéssemos votar também o segundo turno desse projeto da aquisição de imóvel no município de Garuva. Só assim daríamos mais celeridade à questão. Inclusive há um apelo daquela comunidade que, segundo essa lei, assim permite. Se v.exa. entender e permitir a votação, agradecemos em nome do município de Garuva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Muito bem, deputado Silvio Dreveck, assim será feito. Só vamos cumprir a pauta.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Só para corroborar as palavras do deputado Silvio Dreveck, é fundamental para a agilidade, uma vez que já há tempo que estamos aguardando a aprovação desse

projeto para a construção da delegacia de Polícia Civil, em Garuva.

Fazendo isso, estaremos ganhando muito tempo. Agradecemos antecipadamente, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Então, os vetos serão transferidos para a sessão do dia 21 de maio, pois na semana que vem não teremos sessão devido às audiências públicas do Orçamento Regionalizado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s.: 0272/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0273/2013, 0274/2013, 0275/2013, 0276/2013 e 0277/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0278/2013, 0279/2013, 0280/2013 e 0281/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Comunicamos também que serão deliberados de plano os Requerimentos n.s.: 0429/2013, 0430/2013, 0431/2013, 0432/2013, 0433/2013, 0434/2013, 0435/2013, 0436/2013, 0437/2013, 0438/2013, 0439/2013, 0440/2013, 0441/2013, 0442/2013, 0443/2013, 0444/2013, 0446/2013, 0447/2013, 0448/2013, 0449/2013, 0450/2013, 0451/2013 e 0465/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0445/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch e outros; 0452/2013, 0453/2013, 0454/2013 e 0455/2013, de autoria do deputado Antonio Aguiar; 0456/2013, e 0457/2013, 0458/2013, 0459/2013, 0460/2013, 0461/2013, 0462/2013, 0463/2013, 0464/2013 e 0466/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Moção n. 0037/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, a ser enviada ao superintendente do Ibama pela fiscalização e aplicação das normas que proíbem a pesca em período e local proibido.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0050/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviado ao secretário da Assistência Social, Trabalho e Habitação, solicitando informações referentes ao custo de instalação da implantação do Terminal de Atendimento de Assistência Social do estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim da pauta da Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, quero aproveitar para cumprimentar o prefeito de Piratuba e os prefeitos que estão aqui hoje. Quero desejar a eles boas-vindas.

Sr. presidente, acho que teríamos que ter um entendimento com os líderes de bancadas para que venham para a sessão no horário da Ordem do Dia. Acho um tanto quanto constrangedor o quórum desta Casa nas últimas sessões, nos últimos meses. Faz horas que não conseguimos votar os vetos, por não termos quórum qualificado. Que nesse entendimento entre o presidente e os líderes das bancadas ficasse acordado para que nas terças e quartas-feiras, pelo menos, estivéssemos aqui na hora da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Encerramos a presente sessão e convocamos outra, extraordinária, para as 16h15.

Está encerrada a sessão.